

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.387.407 - RJ (2018/0280962-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : RIO DAS CORES SERVICOS DE PINTURAS LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO SENDER - RJ033267
RAFAEL HÉLIO BALACIANO - RJ156838
AGRAVADO : PRS XVI INCORPORADORA LTDA
ADVOGADOS : ARMANDO MICELI FILHO - RJ048237
LUCIANA DA SILVA FREITAS - RJ095337
CAMILA NASCIMENTO OLIVEIRA - RJ211005

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO VERBAL. SERVIÇO DE PINTURA EM EMPREENDIMENTO DO ORA RÉU. PERMUTA DE IMÓVEL COM RELAÇÃO A EVENTUAL DÉBITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA QUANTO AO ALUDIDO NEGÓCIO JURÍDICO. ALEGAÇÕES CONTRADITÓRIAS NO QUE SE REFERE ÀS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS INFORMANTES. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL DE PRIMEIRO GRAU QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DA PARTE AUTORA.

Os embargos de declaração foram desprovidos com aplicação de multa (e-STJ, fls. 527/533).

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 107, 389 e 394 do Código Civil, sob o fundamento de que comprovou a existência de crédito em seu benefício em razão de serviços prestados à recorrida e não pagos.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 561/570).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ante a análise do arcabouço fático-probatório dos autos entendeu pela ausência de provas do direito alegado, nos termos da seguinte

fundamentação (e-STJ, fls. 494/495):

Alega que os serviços foram prestados ao ora réu, mas não quitados, e que os contratos entre as partes eram verbais.

De início, cabe ressaltar a possibilidade que têm as partes de iniciar uma relação jurídica contratual mediante acordo puramente verbal, desde que a isso não se contraponha o ordenamento jurídico brasileiro, como é o caso do art. 108, do Código Civil, e que dispõe que em tais casos a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos ali previstos.

[...]

Alega o autor que o magistrado de piso não observou pontos importantes acerca da demanda, dentre os quais o fato de a apelada ter assumido expressamente em sua defesa a relação jurídica havida entre as partes. Vejamos. Em suas contrarrazões de apelação, a parte ré, em diversas oportunidades rechaça o aludido negócio jurídico, afirmando, por exemplo, a inexistência de relação contratual entre as partes com relação a esse empreendimento especificamente, conforme fls. 457.

Pontua, em sua contestação, às fls. 297, que a autora prestava serviços em alguns empreendimentos do grupo Concal até que detectada uma fraude entre o conglomerado Rio das Cores e um ex-funcionário da ré, fato esse investigado pela 14ª Delegacia de Polícia Civil Do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, em nenhum momento, como nos revelam tais trechos, a apelada assume a alegada relação contratual, consignando, portanto, a ausência de relação contratual com relação a esse, frise-se, empreendimento.

Com relação a alegação de que as testemunhas ouvidas em audiência não deixaram dúvidas acerca da efetiva prestação dos serviços e da obrigação de a apelada entregar um imóvel à apelante, bem como a existência de uma retenção de 5% (cinco por cento), o magistrado sentenciante fundamentou o seu decisum com base nas provas colhidas durante toda a instrução processual, assim como em audiência.

Nesse sentido, consta da decisão alvejada, às fls. 422, que **a parte autora não logrou êxito em demonstrar que o réu é devedor da quantia apontada na peça inaugural; que, em que pese a prova oral e documental revelarem que a demandante prestou o serviço de pintura no empreendimento do réu, não restou comprovado que o valor acordado não foi integralmente quitado, e que as**

notas fiscais não indicam nenhum valor a ser retido, e que o documento de fls. 05, que demonstraria tal retenção, não sendo legível, traz dúvidas. (grifo nosso)

O acolhimento da pretensão recursal, a fim de demover as conclusões da Corte de origem para reconhecer a comprovação do crédito em benefício da ora agravada, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o reexame das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora